

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 27 DE JUNHO DE 2022

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nos Paços do Concelho pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 17 de junho de 2022, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à Prestação de Contas Consolidadas – 2020 e 2021.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta de projeto de regulamento municipal, programa municipal de arrendamento acessível.
- 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta de regulamento fundo de emergência social para o concelho do Peso da Régua.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os(as) Deputados(as) Catarina de Jesus Cigarro façanha, Hugo Tiago Rodrigues Fonseca, Isabel Maria Sousa Santos, Marinete Maria Esteves Alves, Mário Jorge Quifones Janeiro, Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves, tendo sido substituídos pelos Deputados(as) Celestino Eduardo Guedes Silva, Lígia Maria Borges Teixeira, José Manuel Pereira da Mota, Marlene Monteiro Almeida, Ricardo Filipe Eusébio Martins e João Martins Nogueira Rocha, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimenta os deputados que participam pela primeira vez na Assembleia Municipal.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra a deputada do PSD, Cátia Trindade, questionando o executivo acerca da Casa do Douro e sobre a sua futura venda de pipas de vinho, sugerindo a importância de venda deste património de modo a que se proceda à reabilitação do imóvel da mesma, com um estado de degradação avançado e aproveitou ainda a presença do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, também deputado à Assembleia da República, para pressionar o Governo a resolver o imbróglio em que se encontra a Casa do Douro.

Tomou a palavra a deputada do PS, Carla Borges que enfatizou a candidatura à cidade Europeia do Vinho 2023, congratulando todos os intervenientes pela vitória. De seguida, sugeriu a retirada da sinalética referente ao Hospital D. Luiz I, na medida em que este se encontra em obras e não em funcionamento.

De seguida teve a palavra o deputado do CH, Eduardo Miranda, acerca da atividade municipal, solicitou esclarecimentos sobre as reuniões do Sr. Presidente com o Comandante da GNR; APDL; IP e demais instituições. Questionou ainda acerca das obras no antigo Hotel Vilhena e para concluir solicitou à Sra. Vice-Presidente que faça futuramente uma intervenção na próxima Assembleia Municipal, de modo a demonstrar o papel pelo qual foi eleita.

Usou da palavra o deputado do PSD, Filipe Osório, a fim de parabenizar os eventos dinamizados pela autarquia e para solicitar mais informações atinentes ao ponto de situação da Linha do Douro.

No período de intervenção aberto aos Municípes presentes não se registaram intervenções.

Procedeu-se à discussão da ata da última Assembleia municipal, tendo sido posta à votação foi a mesma aprovada, com 28 votos a favor.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos e respondeu às questões dos deputados:

- Iniciou a sua intervenção neste ponto da ordem do dia, por pedir desculpas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelas duas falhas tidas com o mesmo, na sequência da ausência de convite para as Marchas do São João do Rio e ainda por não ter dado conhecimento da transmissão via Facebook das Assembleias Municipais.

- Reunião com a Sra. Diretora da Escola do Rodo, na sequência de uma candidatura em conjunto para a criação de um centro tecnológico nas residências da escola, que é propriedade da Câmara Municipal, bem como a criação de um hotel rural a fim de os alunos(as) poderem praticar.

- Candidaturas aos bairros digitais no âmbito do PRR, aguarda-se a decisão, estando o executivo confiante quanto ao sucesso da mesma.
- Promoção do concelho em diversas feiras e mostras de modo a densificar a presença e o conhecimento do território o mais possível.
- Receção em conjunto com Rotary Club de Peso da Régua, dos Rotary Club de Ovar e da Guarda, encetando assim uma prática dinâmica de partilha de conhecimentos e experiências, nomeadamente através da articulação dos vinhos do Douro com o pão de ló de ovar e o queijo da serra da Guarda.
- Presença e participação no comité de organização das celebrações dos 100 anos de Agustina Bessa Luís.
- Reunião com a Sra. Ministra da Coesão Territorial e Sra. Secretária de Estado da Valorização do Interior, no sentido de mitigar as diferenças existentes no acesso aos quadros comunitários, de território para território. As tipologias de investimento são distintas de território para território, sobretudo no que concerne ao interior e ao litoral e às áreas metropolitanas. Tratamento das lógicas locais e supramunicipais.
- Inauguração do parque de caravanismo em Sedielos, com elevado sucesso, com uma grande adesão, 60 autocaravanistas, promovendo dinâmicas de venda de produtos endógenos. Respondendo ao Deputado Filipe Osório do PSD, quanto ao conjunto de eventos que têm vindo a melhorar e a investir-se cada vez mais nestes eventos.
- Referenciou diversos eventos que ocorreram e que foram um sucesso, tais como a Feira de Empreendedorismo, a Feira de Artesanato e o Fim-de-semana gastronómico.
- Destacou a Feira Douro Wine City, 2ª edição, referindo que estão lançadas as bases para ser um evento de sucesso, estando a ser estabelecidos contactos com outras instituições, para se evoluir parte profissional da feira.
- Realização do programa televisivo da RTP1 Chefes da Nossa Terra, em que se dinamizou a gastronomia local, nomeadamente através da divulgação da tradição do Bôdo de Poiares.
- Realização do torneio de natação; visitas ao oceanário dos alunos finalistas.
- Feira do livro do Douro em que se procedeu com a realização do evento no presente ano a uma reflexão acerca dos moldes a adotar no futuro.

- Empreitadas do polidesportivo de Vilarinho dos Freires, a obra encontra-se a decorrer e está quase finalizada. As obras de reabilitação dos bairros sociais continuam, mais especificamente no interior das habitações, encontra-se em andamento e a ser encetada uma primeira fase num bloco do Bairro Branco.
- Balneário termal a obra está a decorrer dentro dos prazos e prevê-se que fique concluída ainda no decorrer deste ano.
- Hospital a obra encontra-se em curso, tendo o governo conseguido aprovação de legislação pela parte da Assembleia da República no sentido da fixação dos preços das matérias-primas, esclarecendo o Sr. Presidente, a Deputada do PS Carla Borges, acerca da impossibilidade de previsão do reequilíbrio financeiro, pela imprevisibilidade que lhe está sempre associada.
- No atinente à Linha do Douro e respondendo ao Deputado do PSD Filipe Osório, está a ser executado o estudo entre o Pocinho-Barca D'Alva e existe a expectativa de que o estudo evidenciará a rentabilidade da obra e assim, a mesma será uma realidade.
- Candidatura a Cidade Europeia do vinho 2023, é uma marca importante para Peso da Régua e para o Douro, pelo reconhecimento dado ao território, experiência que já tinha sido em parte adquirida em 2019, quando Peso da Régua foi Cidade do Vinho a nível nacional. A valorização do vinho é uma prioridade na medida em que é o nosso maior e mais precioso recurso endógeno, daí a importância da sua afirmação.
- Reunião com o Magnífico Reitor da UTAD e com o Provedor da Santa casa da Misericórdia, para que a mesma assuma o investimento da empresa de prestação de serviços de hemodiálise, na sequência das alterações nos serviços de saúde em Peso da Régua. A UTAD está a criar um curso de Medicina e que pode surgir uma parceria para os alunos poderem ter salas disponíveis no edifício do Centro de Saúde, funcionando como um polo de medicina da UTAD no nosso concelho.
- Projetos que estão em desenvolvimento, nomeadamente a continuidade da ecopista ao longo do cais fluvial, um projeto de 10 milhões de investimento, foi feita uma apresentação do 1º esboço do projeto; ligação A24 ao Rodo, está em fase de estudo prévio aprovado em reunião de Câmara Municipal, totalizando um total de 7 milhões de investimento.

- Respondeu à Deputada Carla Borges do PS, dando-lhe razão quanto à sinalética referente ao Hospital D. Luiz I, que enquanto não estiver concluído, a mesma será retirada.

- Em resposta ao Deputado Eduardo Miranda do CH, as reuniões com a comandante, relativamente às ocupações ilegais no Bairro das Alagoas, agora terão de ser iniciados novos processos de retirada. As casas que estão desocupadas o IHRU vai fazer obra e as mesmas serão entregues a famílias que têm pedido e não infringiram a lei.

- Relativamente à Estratégia Local de Habitação (ELH), foram já submetidas 34 candidaturas que correspondem a 90 famílias a viver em habitação social e 20 agregados privados. Exemplo da aplicação destas candidaturas, o Bloco 21 do Bairro Branco, nomeadamente o revestimento dos exteriores e interiores das habitações; 3 habitações sociais em Fontelas; Bairro na Junta de Freguesia de Moura Morta, cedido ao Município para requalificação; Hotel Vilhena, com 11 fogos, carece ainda de empreiteiro que encete a obra; Casa do Peso vai para concurso, entre outras. Foi dado o mote de incentivo de promotores privados para se candidatarem aos apoios do programa. Prevê-se resolver o problema de estrangulamento do trânsito, criando habitações sociais, na zona devoluta do antigo cristo.

Usou da palavra a Deputada do PS, Carla Borges, abordando o método de reequilíbrio financeiro, afirmando que deveria de existir e responde à Deputada do PSD Cátia Trindade acerca do imóvel da Casa do Douro.

Em resposta, a Deputada Cátia Trindade do PSD, alude, ainda, que a sua sugestão seria uma possibilidade a concretizar, dadas as debilidades do imóvel.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu nota de que será possível contornar os obstáculos de incompatibilidade, nomeadamente de não ser a mesma instituição que detém a propriedade do imóvel daquela que exerce funções no local e gere o património da Casa do Douro, assim as partes interessadas o desejem.

Usou da palavra o Deputado Eduardo Miranda do CH, para apelar à sensibilização política no que à Casa do Douro diz respeito.

Intervém, por último, a Deputada Carla Borges do PS, afirmando que pertence ao partido que mais fez pela Casa do Douro e que a sensibilização tem sido feita junto do partido e do Governo. Responde à Deputada Cátia Trindade do PSD, dizendo que está disponível, tendo consciência de que haverá alguns problemas fiscais de uma comissão assumir a

despesa de um imóvel que não é seu. Parabeniza, por último, o Sr. Presidente pelas ideias e projetos que tem em execução, pois o que importa são os reguenses e o desenvolvimento do Concelho.

Para fins de encerramento da discussão do ponto 1, usou da palavra o Sr. Presidente, informando o Deputado Eduardo Miranda que, pelo seu conhecimento, a adega do Sr. Mateus sofrerá uma reabilitação.

Deu nota acerca do 1º torneio de Xadrez nas escolas do concelho, uma ideia que em tempos foi sugerida pelo Deputado Eduardo Miranda. No atinente à Casa do Douro, fez uma retrospectiva sobre o ponto de situação e enalteceu o trabalho dos viticultores, afirmando que é para ajudá-los que a cidade europeia do vinho tem de trabalhar.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, que aflorou as dúvidas iniciais acerca da empresa intermunicipal, nomeadamente se tinha ou não de executar a consolidação de contas, daí o requerimento de pareceres que tinham diversos entendimentos, e assim foi decidido fazer a consolidação das contas, tendo existido saldo positivo. A consolidação das contas no âmbito do SNC-AP, obteve um parecer positivo da parte da entidade reguladora, com as percentagens das contas do município na empresa, tendo se procedido ao reajustamento das percentagens, devido à exclusão da ERSAR. Este valor vai deixar de ser tido em conta no limite de endividamento, há vários concelhos que querem ou têm intensão de se integrarem, como por exemplo Lamego. O objetivo é alargar o âmbito da empresa e não criar uma nova. A instalação de equipamentos que melhorem a qualidade da prestação do serviço, na eficiência, na redução do volume de perdas, na medida em que problemas de insuficiência de água têm de ser combatidos, dada o enorme desafio futuro de carência de água.

Usou da palavra o deputado do PS, Luís Monteiro, para recordar que o PS votou contra as contas do Município de 2020 e 2021, salientando que as contas agora consolidadas e apresentadas não alteram a opinião sobre a atividade desenvolvida pelo executivo nestes anos. Ressalvou, ainda, as observações do Revisor Oficial de Contas e questionou a Assembleia Municipal se deveria aprovar as contas, sobre as quais o Revisor Oficial de Contas manifestou dúvidas sobre a aprovação das contas da empresa AdiN (Águas do Interior Norte), e para as quais não emitiu uma opinião.

Usou da palavra o Sr. Presidente para responder ao deputado Luís Monteiro do PS, dizendo que podia ter lido todas as anotações do Revisor Oficial de Contas e o parecer de

votação que o mesmo fez, ou seja, em função do que avaliou, o parecer é votar no sentido favorável.

Usou novamente da palavra o deputado Luís Monteiro, afirmando que quando o Revisor Oficial de Contas escreve bastantes reservas e atribuição de responsabilidades, levanta a questão de se devem ou não as contas ser aprovadas.

Em resposta o Sr. Presidente, refere que o documento tem um parecer do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal e do Revisor Oficial de Contas da empresa da AdiN. A agregação vai ser o caminho de todos e refere que desconhece um Revisor Oficial de Contas que não faça reservas e é natural que o nosso também as faça.

Para encerramento do ponto 2 da ordem do dia, o Sr. Presidente concluiu que não é possível usar a gosto o critério político ou técnico, a empresa é constituída por oito municípios e é uma empresa séria.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Prestação de Contas Consolidadas – 2020 foi aprovada com 17 votos a favor, 8 votos contra e 3 abstenções.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Prestação de Contas Consolidadas – 2021 foi aprovada com 17 votos a favor, 8 votos contra e 3 abstenções.

Deu-se entrada no ponto 3 da ordem do dia, tomou da palavra o Sr. Presidente, que evidenciou que no domínio da habitação se vive uma outra fase, podendo este regulamento ser para privados ou para o Município, sendo as rendas 20% abaixo do valor de mercado, havendo um conjunto de benefícios apelativos aos quais a Câmara Municipal pretende também acrescentar outros, nomeadamente isentar os licenciamentos, seja, para arrendamento acessível ou arrendamento no mercado privado, a fim de dinamizar o mercado de arrendamento e a reabilitação do edificado, consequentemente. Explicou as condições de acesso por parte dos agregados que pretendam arrendar imóveis, considerando a sua taxa de esforço.

Usou da palavra, a Deputada Carla Borges do PS, aludindo que o 1º direito é uma política socialista, parabenizando o Município pela abordagem e enunciou que não votariam contra.

Usa da palavra o Sr. Presidente, de modo a clarificar que o que está em causa no regulamento municipal, referente ao arrendamento acessível é distinto do 1º Direito. Este investimento é rentável quer para os privados quer para a Câmara Municipal, dando o

exemplo da antiga casa da cadeia que sairá da ELH para o programa de arrendamento acessível, e que vai no seguimento do anterior para resolver pequenas dificuldades dos reguenses. Propõe a alteração do art.º 13 para ser o executivo a deliberar e não o Presidente da Câmara Municipal, a qual foi aceite pela Assembleia Municipal.

Retoma a palavra o Sr. Presidente, dando nota de que o documento em parte pretende dar resposta a despesas correntes dos agregados familiares e outra a pequenos investimentos necessários nas habitações (valor máximo de 5000 euros/agregado).

Tomou a palavra o Deputado Eduardo Miranda do CH, para congratular a ideia e demonstrar a sua concordância com a mesma.

Posta à votação, a proposta de projeto de regulamento municipal, programa municipal de arrendamento acessível, foi aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor.

Dando entrada no ponto 4 da ordem de trabalhos, usou da palavra a Deputada Carla Borges do PS, referindo que todas as questões que envolvem a melhoria das condições de vida dos reguenses, o grupo municipal será favorável. Pediu que se faça um louvor às instituições e associações que todos os dias ajudam os munícipes e anuncia que o PS votará favoravelmente.

Usa da palavra a Deputada Cátia Trindade do PSD, que dá nota ser uma excelente medida do executivo, pelo contributo que dá na melhoria das condições de vida da população, relevando o papel de todas as juntas de freguesia pelo seu papel local de apoio e enuncia que o grupo municipal do PSD votará favoravelmente.

Por fim, usa a palavra o Sr. Presidente, referindo que o regulamento vai ajudar a aderir ao 1º Direito, pela incapacidade das famílias de, nomeadamente pagarem os projetos ou registos das habitações.

Posta à votação, a proposta de projeto do regulamento fundo de emergência social para o concelho do Peso da Régua, foi aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e nove dos Senhores e Senhoras Deputados(as), aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.